



TST

PLANO ANUAL DE AUDITORIA

2015

Tribunal Superior do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

**PLANO
ANUAL DE
AUDITORIA**

2015



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - EXERCÍCIO 2015

Aprovado pelo ATO.GP.SECOI nº 664, de 15/12/2014, publicado no Boletim Interno de 19/12/2014

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
Unidade Responsável: SECOI			
Elaboração e Revisão dos Planos de Atividades de Auditoria	Delinear as perspectivas de atuação de cada Coordenadoria vinculada à SECOI, visando ao cumprimento de suas atribuições regulamentares, mediante a identificação de pontos críticos e frágeis capazes de impactar a execução das estratégias definidas para cada área de gestão.	<ul style="list-style-type: none">o Elaborar o plano de ação detalhado dos trabalhos de auditoria que serão realizados no exercício de 2016, contemplando a motivação da escolha da atividade a ser realizada, os objetivos gerais, a definição do escopo e a quantificação de auditores necessários à execução da atividade;o Avaliar a necessidade de revisão do plano quadrienal para o período de 2014/2017, anteriormente aprovado, com o objetivo de manter a atuação da SECOI alinhada às metas traçadas no Planejamento Estratégico do Tribunal e focada em áreas que apresentem maior risco.	90
Elaboração do Relatório Anual de Atividades	Elaborar relatório contendo as atividades desenvolvidas no exercício anterior, referentes aos trabalhos de monitoramento, conformidade e auditoria das áreas de gestão em que esta SECOI atuou.	Elaborar relatório sob a ótica dos seguintes itens: <ul style="list-style-type: none">o descrição das ações planejadas e executadas, bem como as justificativas para a não realização das atividades planejadas;o descrição de outras ações desenvolvidas que não constavam do planejamento inicial;o medição e avaliação de indicadores;o relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade, com base nos trabalhos realizados; eo fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional e mudanças de legislação com impacto sobre as atividades desenvolvidas.	130
Unidade Responsável: CAUPE			
Análise da Legalidade dos Atos Sujeitos a Registro no Tribunal de Contas da União	Emitir parecer acerca da legalidade dos atos de admissão, aposentadoria e pensão através da análise documental do respectivo processo administrativo e dos assentamentos funcionais, e, ainda, analisar os processos de desligamento.	Analisar os atos de admissão, aposentadoria, pensão e desligamento encaminhados à CAUPE no exercício, por meio de processos administrativos eletrônicos, bem como aqueles que constem como saldo residual do exercício anterior.	540
Controle Prévio dos Atos de Gestão de Pessoal e Benefícios nas situações previstas no Ato SECON.GP.Nº 506/2010	Realizar controle prévio da legalidade dos atos de gestão relacionados a pessoal e benefícios, encaminhados pela Administração do TST, com a emissão de parecer acerca do tema com base na análise documental do respectivo processo	Analisar os atos de gestão encaminhados à CAUPE no exercício, na forma do ATO.SECON.GP.Nº 506/2010, por meio de processos administrativos eletrônicos, bem como aqueles que constem como saldo residual do exercício anterior.	360



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
Acompanhamento da Observância dos Limites de Despesa com Pessoal Estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)	administrativo. Analisar, quadrimestralmente, a despesa total com pessoal, a fim de prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, verificando se as orientações legais e normativas que regem a matéria foram devidamente observadas.	<ul style="list-style-type: none">o Verificar a conformidade dos documentos constantes do processo administrativo com os normativos que regulam a matéria;o Validar os dados contidos na minuta do Relatório de Gestão Fiscal-RGF a ser assinado e publicado; eo Verificar o cumprimento do prazo legal da publicidade do RGF no portal da transparência do TST e o seu devido encaminhamento ao Congresso Nacional, Tribunal de Contas da União e Secretaria do Tesouro Nacional/MF.	12
Auditoria na Contabilização dos Recursos Próprios do Programa TST-Saúde	Analisar os procedimentos de elaboração das demonstrações contábeis e financeiras do fundo do TST-Saúde, verificando a efetividade de sua contabilização, de forma que estejam em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e a boa prática contábil.	<ul style="list-style-type: none">o Avaliar a contabilização das consignações mensais constantes na folha de pagamento em favor do Programa TST-Saúde (mensalidades, coparticipações e ressarcimentos);o Analisar a documentação suporte dos livros e da escrituração dos fatos contábeis ocorridos no exercício em análise, verificando se os demonstrativos refletem a correta situação financeira e patrimonial dos recursos próprios do TST-Saúde;o Verificar se as recomendações anteriormente expedidas foram observadas no exercício anterior; eo Avaliar os controles internos a cargo das unidades responsáveis pela contabilização e pela veracidade, fidedignidade e idoneidade dos documentos em que se baseou a escrituração.	90
Auditoria da Folha de Pagamento do TST – Implantação da 3ª Parcela do Plano Prevista nas Leis nºs 12.771 e 12.774/2012 e Verificação das Variações no Subsídio, Vencimento, GAJ, Provento e Pensão	Analisar a legalidade dos pagamentos efetuados por meio das rubricas de Subsídio, Vencimento, GAJ, Provento e Pensão da folha de pagamento do TST, com o intuito de contribuir para o aumento da confiabilidade, segurança dos procedimentos e avaliação dos riscos.	Verificar a consistência do padrão remuneratório validado no procedimento de auditoria anterior, bem assim a certificação de que as alterações ocorridas com a 3ª etapa de implantação das Leis nºs 12.771 e 12.774/2012 encontram-se regularmente incorporadas, em obediência ao que determina os dispositivos legais.	200
Auditoria da Folha de Pagamento do TST – Concessão e Pagamento de Férias	Analisar a legalidade dos pagamentos efetuados a título de férias por meio das rubricas criadas para a sua sistematização, tais como indenização, parcelamento, pagamento das férias e do abono constitucional de 1/3 de sua remuneração, além dos descontos, constantes da folha de pagamento do TST, com o intuito de	Verificar os seguintes itens referentes às despesas com férias: <ul style="list-style-type: none">o devolução dos adiantamentos concedidos anteriormente;o aspectos legais da concessão referentes ao direito, ao usufruto, à indenização e ao pagamento das vantagens pecuniárias;o correção dos valores pagos, considerando inclusive a proporcionalização em decorrência dos meses de efetivo exercício; eo deduções legais incidentes sobre o valor das férias.	150



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
	contribuir para o aumento da confiabilidade, segurança dos procedimentos e avaliação dos riscos.		
Auditoria na Concessão e Pagamento de Auxílio Alimentação	Avaliar a legalidade dos pagamentos efetuados por meio da rubrica do Auxílio Alimentação, na folha de pagamento do TST, com o intuito de contribuir para o aumento da confiabilidade, segurança dos procedimentos e avaliação dos riscos.	Avaliar os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none">o aspectos legais do pagamento do Auxílio Alimentação;o correção dos valores pagos, considerando inclusive a proporcionalidade de 22 dias por dia não trabalhado incidente sobre o valor do auxílio; eo proibição de acumulação do auxílio com outros de espécie semelhante.	100
Unidade Responsável: CAUGE			
Análise da Conformidade dos Procedimentos Administrativos Especificados no Ato SECON.GP.Nº 506/2010	Apurar os aspectos relevantes da atuação da Administração do TST, com destaque para a aderência dos procedimentos e atos emitidos com os normativos legais vigentes, acórdãos do Tribunal de Contas da União e atos regulamentares emitidos pela própria Administração, bem como a verificação da sua legitimidade, economicidade e eficiência.	Analisar os processos administrativos encaminhados à CAUGE no exercício, na forma do ATO.SECON.GP.Nº 506/2010, bem como aqueles que constem como saldo residual do exercício anterior, referentes aos seguintes temas: <ul style="list-style-type: none">o contratação direta – dispensa e inexigibilidade de licitação;o licitações;o adesões à ata de registro de preços;o doações/cessões de bens;o alterações contratuais – repactuação, reequilíbrio, reajuste, acréscimo ou supressão;o pagamentos de bens e serviços; eo contingenciamento de encargos trabalhistas.	590
Auditoria em Contrato de Prestação de Serviços	Avaliar a observância, por parte da Administração, dos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade dos principais eventos/processos de gestão realizados durante a execução dos contratos.	Analisar os contratos de prestações de serviços quanto aos seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none">o fiscalização contratual;o recebimento do objeto; eo pagamento das despesas.	156
Auditoria na Central Nacional de Atendimento - CNA	Avaliar os controles de gestão no que tange aos procedimentos da execução do contrato de prestação de serviços PE – 038/2014, que responde pela operação da CNA da Justiça do Trabalho/TST.	<ul style="list-style-type: none">o Verificar as instalações físicas, a infraestrutura tecnológica (<i>software</i> e <i>hardware</i>), os relatórios quantitativos e qualitativos de acompanhamento dos serviços, o treinamento dos atendentes, o escopo dos <i>scripts</i> de atendimento, as certificações exigidas e a qualificação dos recursos humanos, conforme previsto no contrato e no termo de referência; eo Examinar o Plano de Transferência do Conhecimento com vistas a garantir a efetividade da futura transição, conforme previsto no contrato, e os requisitos para a	160



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
		emissão do Termo de Liberação de Início dos Serviços ocorrido em junho de 2014.	
Auditoria no Processo de Engenharia de <i>Software</i> Utilizado no Recebimento dos Artefatos Desenvolvidos	Avaliar o processo de Engenharia de <i>Software</i> que será utilizado na execução dos pontos de função contratados.	Examinar as aplicações desenvolvidas utilizando os 1.000 pontos de função contratados via processo 503.019/2014. Verificar, também, os seguintes riscos apontados pelo TCU no Acórdão nº 2314/2013-Plenário: <ul style="list-style-type: none">o ausência de definição dos artefatos;o exigência de artefatos desnecessários;o alterações, sem controle, nas especificações do sistema no transcorrer da execução contratual;o disponibilização tardia do <i>software</i> para teste e avaliação dos usuários demandantes da solução;o iniciação de uma nova iteração sem que os produtos construídos na iteração anterior tenham sido entregues e validados;o falta de comprometimento da unidade demandante (negócio) com o projeto;o falta de conhecimento do participante do negócio no projeto;o falta de conhecimento da equipe da fábrica contratada;o dificuldade de comunicação entre a equipe contratada com a unidade demandante do projeto;o excessiva dependência da visão do indicado pela área de negócio no projeto;o falta de planejamento adequado; eo pagamento em duplicidade pelas mesmas funcionalidades. Por fim, analisar os seguintes requisitos tecnológicos: <ul style="list-style-type: none">o conformidade dos <i>softwares</i> entregues à arquitetura de <i>software</i> existente no TST;o conformidade dos <i>softwares</i> produzidos com as práticas definidas no PMBOK, CMMI e MPS-BR;o conformidade com o modelo Moreq-jus do CNJ para as aplicações judiciárias;o conformidade com as normas de acessibilidade previstas no Decreto nº 5.296/2004 e no modelo de referência e-MAG;o integração entre os ambientes de desenvolvimento da contratada e do TST;o existência de sala para vídeoconferências para comunicação entre as equipes;o compatibilidade das aplicações <i>web</i> com os navegadores Internet Explorer, Firefox e Chrome; e	180



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Atividade	Objetivo	Objetivos Específicos	Auditor/Dia
		o artefatos de Engenharia de <i>Software</i> previstos na metodologia do contrato (processo 503.019/2014).	
Auditoria de Avaliação da Governança, dos Riscos e do Controle de Gestão da Tecnologia da Informação com Base no Escopo Definido pelo CNJ	Realizar a gestão concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário, bem assim o atendimento aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, nos termos definidos pelo CNJ. A auditoria prevê levantamentos nas áreas de governança, risco e controles de gestão.	Verificar os sistemas desenvolvidos, objetivando a análise dos controles e a verificação de sua conformidade com os padrões e modelos internacionalmente aceitos, como o COBIT, o CMMI, a ISO 17799 e a ISO 27001, e com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário Brasileiro - Moreq-Jus. Os objetivos específicos serão definidos pelo CNJ por meio da Matriz de Procedimentos.	80
Auditoria no Sistema de Almoarifado de Material de Consumo	Avaliar os procedimentos relativos às rotinas e aos processos de trabalho inerentes ao almoarifado, no sentido de que seja verificado o cumprimento das práticas recomendadas pela legislação vigente.	Verificar o sistema sob o aspecto do recebimento, do controle, movimentação e distribuição dos itens, do saneamento, conservação e recuperação, do armazenamento e inservibilidade do material.	65
Auditoria no Sistema de Patrimônio	Avaliar a utilização regular e racional dos bens públicos de posse deste Tribunal, bem como acompanhar a gestão patrimonial, a fim de que seja verificado o cumprimento das práticas recomendadas pela legislação vigente.	Verificar o sistema sob o aspecto do recebimento, do controle, movimentação e distribuição dos itens, do saneamento, conservação e recuperação, do armazenamento e inservibilidade do material.	100
Auditoria no Sistema de Veículos do TST	Avaliar os procedimentos internos referentes aos registros, controles, utilidades e adequação do uso dos veículos oficiais, assim como o cumprimento das normas que regem a matéria.	o Examinar os procedimentos referentes aos registros, controles, utilidades e adequação do uso dos veículos oficiais; o Analisar a aderência dos procedimentos as normas que regem a matéria; e o Verificar os gastos com combustíveis e manutenção dos referidos bens.	110